



PINHEIRO, Adson Rodrigo Silva*

<https://orcid.org/0000-0002-9559-8230>

HOLANDA, Ligia Rodrigues**

<https://orcid.org/0009-0000-9594-6138>

RESUMO: Este artigo analisa o projeto "Bom de Fortaleza", realizado pela Secultfor em sete praças da cidade de Fortaleza, entre os anos 2017 e 2018, com foco nas atividades de educação patrimonial desenvolvidas por historiadores com vistas ao fortalecimento do sentimento de pertencimento aos bairros e à valorização da memória e do patrimônio cultural local. Para analisar as práticas educativas e suas ressonâncias na vida comunitária, realizamos um recorte, debruçando-nos sobre a experiência do Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio, na Regional I, e partimos da análise dos planos que tratam do Patrimônio Cultural e da experiência in loco dos autores. Este artigo apresenta o relato de uma ação educativa e reflexões acerca dessa experiência, destacando suas potencialidades na preservação e na divulgação do patrimônio histórico e cultural da cidade.

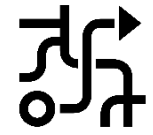
PALAVRAS-CHAVE: Educação patrimonial; Projeto Bom de Fortaleza; Memória histórica

ABSTRACT: This article analyzes the "Bom de Fortaleza" project, carried out by Secultfor in seven squares of the city of Fortaleza between 2017 and 2018, focusing on heritage education activities developed by historians aimed at strengthening the sense of belonging to the neighborhood and valuing local memory and cultural heritage. To analyze the educational practices and their resonances in community life, we conducted a case study focusing on the experience at the Av. Sargento Hermínio Leisure Center, in Regional I, and based our analysis on plans addressing Cultural Heritage and the in loco experience of the authors. This article presents an account of an educational action and reflections on this experience, highlighting its potential in the preservation and dissemination of the city's historical and cultural heritage.

KEYWORDS: Cultural heritage; Heritage education; Bom de Fortaleza Project, Public squares, Historical memory.

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atua em projetos de Educação Patrimonial e Patrimônio Imaterial. É administrador da página no instagram @adson_pinheirocultura com produções na área de patrimônio e museus.

** Mestre em História e Letras (Mihl/UECE), atua na área da educação e no licenciamento ambiental, em pesquisas ligadas ao campo do patrimônio cultural.



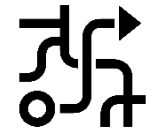
INTRODUÇÃO

O projeto "Bom de Fortaleza" partiu de uma iniciativa da Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza (SECULTFOR), entre os anos de 2017 e 2018, para promover uma série de atividades culturais nas praças públicas de Fortaleza. Uma das premissas dessa proposta era valorizar o patrimônio cultural e promover a integração comunitária às memórias do bairro, criando espaços de encontro nos quais as memórias e as histórias locais pudessem ser compartilhadas e preservadas.

O projeto contou com duas edições. A primeira aconteceu no período de setembro de 2017 a abril de 2018, e a segunda entre agosto e outubro de 2018. Tendo em vista a mudança do lugar das praças no segundo momento em que aconteceram as ações, optou-se por concentrar nossa análise apenas na primeira edição.

As ações sempre ocorreram aos sábados, nas praças de cada uma das regionais e contaram com atividades de educação patrimonial e apresentações culturais e artísticas de diferentes linguagens como música, literatura, teatro e dança, organizadas previamente junto à comunidade. Neste contexto, este artigo busca entender de que maneira as atividades de educação patrimonial realizadas nas praças de Fortaleza pelo projeto "Bom de Fortaleza", contribuíram com a valorização e buscaram promover "conscientização" e engajamento da comunidade em relação à preservação e valorização do patrimônio cultural local.

O referido projeto se configurou como uma iniciativa governamental pautada por diretrizes dos planos municipais de Cultura, mas principalmente pelo Plano Fortaleza 2040. Essa conformidade implicava na adesão aos delineamentos previamente estabelecidos para a execução de medidas que cumprissem metas relacionadas à inclusão das políticas culturais e de preservação do patrimônio de forma mais sistematizada e em consonância com os objetivos delineados no eixo "Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento". O propósito era formular e implementar políticas de maneira mais colaborativa e descentralizada, alinhadas às produções locais da comunidade, capazes de promover uma participação efetiva dos cidadãos nos processos decisórios, sobretudo enfatizando o lugar como ponto de produção de conhecimento.

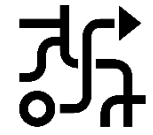


O Projeto "Bom de Fortaleza" surgiu como uma oportunidade importante para cumprir as metas estabelecidas pelos planos de desenvolvimento da cidade, articulando atividades culturais com objetivos mais amplos de crescimento urbano. Ao adotar uma abordagem que valorizava a diversidade cultural e a pluralidade de vozes, o projeto buscou se integrar organicamente ao tecido social, promovendo um diálogo dinâmico entre os diversos atores envolvidos. Essa abertura à participação comunitária visava fortalecer os laços de pertencimento dos cidadãos com seu patrimônio cultural, utilizando atividades que conectavam a memória do bairro com ações nas praças.

As intervenções ocorreram em várias áreas da cidade, incluindo o Polo de Lazer da Sargento Hermínio, na Regional I, e outras praças importantes em diferentes regiões. A equipe do projeto era composta por sete produtores culturais e sete mobilizadores comunitários, responsáveis por organizar uma programação cultural diversificada que refletisse manifestações já existentes, como apresentações musicais, literárias e de cultura popular. Além disso, sete historiadores focaram na preservação da memória e no reconhecimento do patrimônio cultural local.

Ao analisar o plano Fortaleza 2040, propomos examinar como o Projeto "Bom de Fortaleza" se alinha com os objetivos desse plano. Queremos entender como as diretrizes do planejamento urbano orientaram a concepção e a implementação do projeto cultural, buscando convergir esforços para alcançar os resultados desejados para o desenvolvimento cultural e social de Fortaleza, com ênfase no patrimônio cultural.

No escopo do Plano Fortaleza 2040, a governança é conceituada como o conjunto abrangente de processos, de políticas, de instrumentos legais, de instituições e da participação da sociedade, princípios que regem a administração da cidade. Esse conceito de governança pública engloba todas as iniciativas de uma entidade pública para assegurar que suas atividades estejam alinhadas com os interesses da comunidade. Essa capacidade do governo municipal de planejar, formular e implementar políticas, em conjunto com a sociedade, é crucial para uma gestão eficaz e participativa.



O principal objetivo delineado pelo Plano Fortaleza 2040 é a transformação da cidade em um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os seus habitantes, por meio da implementação simultânea de 32 planos específicos. Esses planos, organizados em torno de sete eixos estratégicos, delineiam os principais objetivos a serem alcançados para o desenvolvimento da cidade. Entre esses objetivos, destaca-se a promoção da boa governança em todos os âmbitos da administração municipal.

Na segunda parte deste artigo, direcionaremos nossa atenção para as iniciativas de educação patrimonial realizadas nas praças, com foco especial em uma delas, o Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio. Essa escolha se justifica pela atuação dos autores na efetivação das ações na região, e pelas ações empreendidas por uma das historiadoras que participou ativamente do projeto, cujo trabalho se destaca pela sua relevância e impacto na preservação e na difusão da memória local.

OS BAIROS E OS EQUIPAMENTOS CULTURAIS: O DESAFIO NOS PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA E 2040

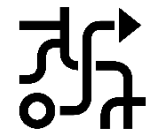
Fortaleza possui 121 bairros distribuídos em uma área total de 312,441 km² e está dividida em 12 Secretarias Executivas Regionais (SERs), que integram a Secretaria Municipal da Gestão Regional. Cada bairro carrega um contexto histórico único, com muitos deles sendo antigas vilas isoladas ou municípios autônomos incorporados à capital com a expansão territorial¹.

O Plano Municipal de Cultura de 2012, com um horizonte temporal de 10 anos, incorporou em suas diretrizes a descentralização territorial da gestão e das ações culturais do município. Os objetivos delineados nesse plano enfatizam a necessidade de descentralização territorial das políticas públicas, enquanto as responsabilidades atribuídas ao poder público municipal abrangem a descentralização da política cultural, assegurando a realização de atividades artísticas em diversas regiões².

¹Disponível em:

<https://www.fortaleza.ce.gov.br/acidade#:~:text=Essas%20regionais%20abrigam%20atualmente%20121,expans%C3%A3o%20dos%20limites%20do%20munic%C3%ADpio>. Acesso em 1 mar 2024.

²<https://legislacao.pgm.fortaleza.ce.gov.br/images/b/be/LEI-9989-2012.pdf>

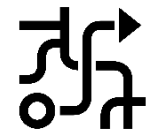


Conforme evidenciado pelo diagnóstico delineado no plano supracitado, observa-se que a maioria dos equipamentos culturais de Fortaleza encontra-se majoritariamente concentrada na região central da cidade, abrangendo de forma limitada a totalidade do território urbano. A escassez desses equipamentos culturais emerge como uma preocupação recorrente nas manifestações dos moradores de praticamente todos os bairros de Fortaleza³. A região central de Fortaleza é caracterizada por uma alta concentração de comércio e uma tendência das pessoas a residirem próximas aos seus locais de trabalho. Esse fenômeno resulta da transformação contínua dos territórios, moldados pelas dinâmicas dos habitantes. A valorização territorial é um processo dinâmico e seletivo, em que certos territórios são favorecidos em detrimento de outros, refletindo e amplificando as disparidades sociais existentes (AMBROGI; LUCENA, 2023). Historicamente, essa região central foi o centro das principais decisões políticas e econômicas desde o século XIX, influenciando significativamente a configuração atual da cidade. Esse processo de valorização não é aleatório, mas está intrinsecamente ligado às estruturas de poder e às dinâmicas socioeconômicas que moldam o espaço urbano, refletindo uma história de centralização de poder, recursos, investimentos e infraestrutura no centro. Isso não só atraiu um fluxo contínuo de capital e pessoas, mas também promoveu a exclusão e marginalização de outras áreas.

Sob essa perspectiva, o termo "equipamentos culturais" está intrinsecamente ligado à ideia de "espaço", sendo um conceito útil para explorar a diversidade de práticas culturais que se manifestam em uma sociedade. Em contraste, a noção de "instituições" remete à materialidade, reconhecendo as dinâmicas envolvidas na apreciação, produção, circulação e diversificação de expressões e produtos culturais. Para os fins desta investigação, adota-se a definição de "equipamentos culturais" devido à sua tangibilidade e à sua adequação à natureza tridimensional da cultura, que sustenta as políticas culturais no contexto brasileiro.

Conforme destacado por Graeff e Berg (2014), as instituições culturais detêm o potencial não apenas de garantir os direitos culturais em sua dimensão cidadã, mas

³ Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza. Plano Fortaleza 2040: desenvolvimento da cultura e do conhecimento. Fortaleza: Iplanfor, vol. 5, 2016.



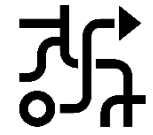
também de estimular o emprego, a renda e a tributação na esfera econômica, além de difundir a diversidade cultural em seu aspecto simbólico. Nesse contexto, as ações empreendidas pelos produtores em colaboração com a comunidade priorizam essencialmente as duas primeiras dimensões mencionadas, ao passo que as intervenções conduzidas pelos historiadores se concentram sobretudo na dimensão econômica.

Embora os moradores reconheçam a importância das instituições culturais em suas localidades, frequentemente expressam insatisfação devido à escassez ou ao difícil acesso a esses espaços. A falta de infraestrutura adequada, a carência de uma programação que atenda às demandas locais e a desconexão das atividades com as particularidades da comunidade destacam a necessidade urgente de melhorias substanciais na política pública de cultura em toda a cidade⁴. Nesta pesquisa, por exemplo, 79,5% dos entrevistados relataram a ausência de equipamentos culturais ou de lazer em seus bairros. Apenas 45,8% reconheceram a existência de espaços públicos para essas finalidades nas proximidades de suas casas. Entre aqueles que identificaram a presença de equipamentos, 63,3% mencionaram praças, enquanto 12,4% citaram campos e quadras esportivas.

O reconhecimento das praças como o principal e, em muitos casos, único equipamento cultural e de lazer nas proximidades das residências pelos moradores é um importante indicador para se pensar em desenvolver ações culturais⁵. A preponderância do interesse por espaços de convívio ao ar livre, conforme ilustrado por tal padrão de preferências, denota uma crescente demanda por áreas propícias à sociabilidade e ao lazer, fomentando, desse modo, a coesão social e o bem-estar coletivo. Entretanto, a generalizada aceitação do papel essencial das praças como locais de encontro e entretenimento também ressalta a premente necessidade de enfrentar os desafios relacionados à segurança urbana. Nesse contexto, a implementação de medidas eficazes para atenuar os problemas de violência e delinquência nessas localidades emerge como uma exigência prioritária no plano.

⁴ Idem.

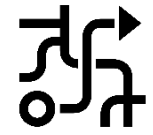
⁵ Idem. Ibidem.



Quando a escassez de áreas de lazer emerge como uma preocupação pública, ao invés de promover uma reflexão abrangente e profunda sobre as causas subjacentes e as estratégias para abordar tais deficiências, é comum adotar uma abordagem superficial e paliativa. Esta abordagem, conhecida como "solução de torneira", implica na implementação apressada de praças, parques e áreas de recreação, muitas vezes mal planejadas e, posteriormente, negligenciadas após cerimônias ostensivas de inauguração e demonstrações políticas (UEDA, 2023, p.236-237). Enquanto isso, muitos dos espaços de lazer genuinamente utilizados pela população permanecem abandonados.

Portanto, é fundamental que o poder público intervenha para garantir que os espaços culturais sejam seguros e inclusivos para toda a comunidade. Para alcançar esse objetivo, é necessário requalificar essas áreas, equipando-as com infraestrutura adequada para receber eventos multifacetados, como palcos, instalações sanitárias, camarins, sistemas de iluminação e som, acesso à internet, entre outros. Além disso, estratégias adicionais são essenciais para democratizar o acesso a esses espaços. Uma política pública cultural eficaz deve preencher os espaços públicos com experiências coletivas inovadoras, promovendo novas formas de interação no ambiente urbano. Essa abordagem é importante para enfrentar os desafios que as cidades contemporâneas enfrentam. Desenvolver políticas públicas para a cultura, conforme o paradigma da Democracia Cultural, significa abrir espaço para as múltiplas expressões culturais dentro das políticas governamentais, garantindo a preservação e valorização das referências culturais locais (SAMPAIO; MENDONÇA, 2018, p. 23).

Uma abordagem voltada para a preservação patrimonial que considere as trajetórias e interações dos habitantes nos diferentes territórios urbanos exige uma revisão crítica da lógica predominante, que tende a privilegiar a materialidade em detrimento do simbólico, valorizando a arquitetura acima do emocional. Nesse cenário, é crucial incluir as praças como elementos essenciais do patrimônio cultural urbano. As praças, como espaços públicos de convivência e interação social, carregam uma riqueza intrínseca de significados e afetos para as comunidades, refletindo as histórias, experiências e jogos de poder que moldaram a vida dos moradores ao longo do tempo. Ver a praça como um dispositivo no jogo das forças de



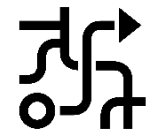
poder, especialmente nas dinâmicas urbanísticas, revela uma rede complexa formada por construções, ruas, pessoas e instituições. A partir dos afetos, podemos entender as práticas políticas que influenciam o uso coletivo do espaço urbano. Contudo, as transformações econômicas e políticas impulsionadas pelo modelo neoliberal introduziram mudanças significativas no comportamento das cidades, resultando em fraturas profundas, especialmente no Brasil a partir da década de 1990. Esse impacto também foi sentido nas praças públicas, onde a valorização do espaço privado prevaleceu sobre o uso coletivo, dentro de uma relação entre o global e o local (FIGUEREDO; FREITAS, 2021).

Nessa perspectiva de recuperação e reapropriação das praças públicas, emergem iniciativas como o projeto "Bom de Fortaleza" que, ao ocupar esses espaços com atrações musicais e contação de histórias, busca subverter o espaço urbano e criar novos afetos por meio da resistência e da ocupação comunitária. Essas ações ampliaram a partilha do sensível nesses espaços destinados a todos, promovendo a inclusão e a participação ativa dos cidadãos.

Outro desafio importante é a descentralização territorial da gestão e das iniciativas culturais do município, reconhecendo, protegendo e valorizando a riqueza do patrimônio cultural local em toda a sua diversidade de memórias e identidades⁶. Esta abordagem deve confrontar a seletividade que restringe o reconhecimento do patrimônio histórico-cultural a objetos arquitetônicos vinculados apenas às narrativas de determinados grupos sociais e períodos históricos. Além disso, tais políticas devem integrar medidas de preservação material com o uso e ocupação efetivos. A descentralização das atividades da Secretaria também é essencial para sua maior institucionalização. O conceito de "habitar" se revela fundamental não apenas no sentido de ocupação física, mas na essência de povoar com afetos, significados e criatividade.

Vislumbra-se, para Fortaleza em 2040, uma cidade caracterizada por uma atmosfera social vibrante, impulsionada por sinergias criativas que incentivam a exploração plena de seus conhecimentos, vocações e potencialidades. Essa visão inclui uma expressão cultural diversificada e participativa, refletindo as múltiplas

⁶ Idem, p.30-31.



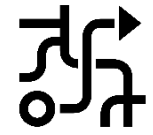
identidades e a riqueza cultural de Fortaleza, que honra e resgata sua memória, protege seu patrimônio material e imaterial e preserva seus espaços públicos. Tal panorama é sustentado por parcerias entre entidades governamentais e privadas, proporcionando equipamentos culturais, atividades e eventos acessíveis a toda a sua população (FORTALEZA, 2016, p.87).

Dentro do arcabouço do plano de Cultura, observamos disposições significativas para a promoção e salvaguarda do patrimônio cultural, particularmente no que tange à educação patrimonial. O Art. 8º destaca-se ao prever ações pertinentes ao patrimônio cultural, com especial menção ao item III, que propõe o fomento e desenvolvimento de programas de educação para o patrimônio, visando sensibilizar a população quanto à importância desse patrimônio.

Alinhado a essa diretriz, o plano Fortaleza 2040 estabelece uma série de ações voltadas à educação patrimonial. Entre essas ações, incluem-se a criação, a produção e a difusão de materiais educativos sobre o patrimônio cultural, bem como a instituição de departamentos específicos dedicados à educação patrimonial, tanto para o patrimônio material quanto imaterial.

É importante observar que o plano não define com precisão o que é considerado material educativo, embora a menção à "sensibilização" sugira o uso de cartilhas, panfletos e outros materiais informativos. Muitas instituições, ao divulgar e promover o patrimônio cultural, acreditam estar realizando uma ação educativa. No entanto, esses materiais frequentemente não abordam de forma crítica as questões do patrimônio, limitando-se a promover o turismo de massa e tratando os bens culturais como mercadorias a serem consumidas. Outro problema é a confusão entre "conscientização" e a função da educação. Alguns projetos educativos têm uma abordagem redentora, tentando transmitir conhecimento sobre o patrimônio às comunidades que o possuem. Esses projetos muitas vezes falham ao se restringirem a um caráter meramente informativo, sem fomentar uma reflexão mais profunda sobre o patrimônio. (TOLENTINO, 2014; DEMARCHI, 2016; SCIFONI, 2017).

Ademais, o plano preconiza a inclusão da Educação Patrimonial em todas as escolas municipais, com o propósito de disseminar o conhecimento e a valorização do patrimônio desde a formação escolar inicial. Destaca-se, também, a importância



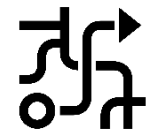
da formação de profissionais especializados para atuarem em diversas esferas relacionadas ao patrimônio histórico-cultural, abrangendo desde a pesquisa e tombamento até o restauro e a preservação, com ênfase na promoção da educação patrimonial em toda a sua amplitude e complexidade.

Todavia, o plano, como podemos perceber, concentra atenção no ambiente escolar para o aprendizado sobre o patrimônio cultural e também foca no Discurso Autorizado de Patrimônio Cultural, que se refere ao conjunto de práticas e normas que moldam a maneira como o patrimônio cultural é compreendido, valorizado e gerido por profissionais e instituições. Esse discurso tende a privilegiar uma perspectiva que enaltece o valor inerente e estético dos objetos materiais, sítios e paisagens, enfatizando a necessidade de conservação e proteção desses bens para futuras gerações (Smith, 2021).

Essa abordagem muitas vezes marginaliza outras formas de compreensão e valorização do patrimônio, especialmente aquelas provenientes de comunidades locais e contextos culturais diversos. Nesse sentido, o projeto buscou se distanciar da abordagem tradicional ao empregar historiadores como mediadores das atividades, em vez de autoridades que apenas apresentariam informações. Os historiadores, em colaboração com a comunidade, identificaram os potenciais de memória sobre a praça, indo além das narrativas oficiais e reforçando as identidades locais. Portanto, este artigo propõe que a Educação Patrimonial utilize os espaços das praças, que são frequentemente carregados de memórias comunitárias. A ideia é compreender esse discurso além do âmbito acadêmico, construindo conjuntamente memórias que transcendem o discurso oficial ampliando os temas para incluir as experiências vividas na comunidade. Assim, apresentaremos aqui um espaço comum, um lugar de memória: o Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio.

POLO DE LAZER DA AV. SARGENTO HERMÍNIO E AS PRÁXIS

O Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio foi o palco da primeira edição do "Bom de Fortaleza", na Regional I e, embora estivesse oficialmente situado no bairro do São Geraldo, é um ponto de convergência do Vila Ellery e do Monte Castelo. A revitalização desse espaço, que por muito tempo esteve abandonado pelo poder



público, deveu-se em grande medida à organização comunitária que prezava pela necessidade de revitalizá-lo, mantendo uma de suas principais características: ser uma área verde numa das zonas de ocupação urbana mais densas de Fortaleza. Deste modo, o Polo de Lazer foi o primeiro trecho revitalizado do Parque Rachel de Queiroz, que está distribuído por 134 ha ao longo da bacia do rio Maranguapinho.

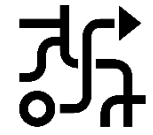
O processo de criação do parque e de revitalização do Polo de Lazer da Sargento Hermínio foi permeado por uma série de disputas que punham em evidência os diferentes projetos urbanísticos para a cidade. Muitos dos sujeitos que participaram ativamente desse processo estiveram presentes nas ações de educação patrimonial do projeto "Bom de Fortaleza", contribuindo com o desenho e a execução das ações, como trataremos adiante.

Importa salientar que, ainda quando o projeto se desenhava institucionalmente na Secultfor, realizamos os primeiros diálogos com as instituições locais, em especial com a EEEP Dona Creuza do Carmo Rocha⁷ e com o Instituto Rocha Lima, bem como com educadores, professores, moradores e lideranças comunitárias, de modo que as ações pudessem ser alinhavadas a partir de proposições dos sujeitos que produzem cotidianamente aquele lugar, revelando-se uma teia de memórias - por vezes conflitantes - de narrativas, de afetos, de redes de sociabilidades, elementos que se aprofundaram a cada encontro.

Se por um lado, no quadro das disputas da memória, há quem defenda que foi às margens do Rio Ceará que Fortaleza nasceu, a partir do forte erguido a mando de Martim Soares Moreno, a ocupação efetiva da porção oeste da cidade tardou ainda alguns séculos. A Vila de Fortaleza, por muito tempo teve seu traçado urbano limitado à rua Amélia (atual Senador Pompeu) e a porção oeste, afastada dos contornos urbanos e posicionada à sotavento, foi relegada às ocupações insalubres, como o campo da pólvora e os lazaretos da Jacarecanga e da Lagoa Funda, em meados do século XIX (ANDRADE, 2012; CASTRO, 1997).

As grandes secas que atingiram severamente o Ceará no final do século XIX e início do XX provocaram um intenso movimento migratório, resultando no aumento significativo da população de Fortaleza e na expansão de seus limites urbanos. Os

⁷ Escola estadual localizada na Av. Sargento Hermínio, em frente ao Polo de Lazer.



migrantes foram reunidos em campos de concentração no Alagadiço e no Urubu, localizados na área que hoje corresponde aos bairros Otávio Bonfim e Pirambu. Na década de 1940, foi inaugurada no bairro de São Geraldo a "Hospedaria dos Emigrantes", que mais tarde recebeu o nome de Hospedaria Getúlio Vargas. Este local recrutava os "soldados da borracha", sertanejos pobres enviados para trabalhar em seringais na região Norte do país. Na segunda metade do século XX, o crescimento industrial do Ceará levou à instalação de muitas fábricas na região, acelerando ainda mais o crescimento demográfico.

Ao realizarmos essa breve revisão dos acontecimentos históricos da região, trazemos à tona alguns elementos que marcam a memória dos moradores e que emergiram no decorrer dos encontros: as memórias das secas que impulsionaram a migração de muitas famílias que fizeram parte do projeto, se entrelaçam às memórias das enchentes que foram comuns nesses bairros até que se realizassem as obras de drenagem e contenção do açude João Lopes. Também foram recorrentes as narrativas sobre as experiências dos trabalhadores das indústrias têxteis, dando conta da dinâmica de trabalho, dos espaços de lazer e sociabilidade e, sobretudo das grandes greves operárias que abalaram a cidade nas décadas de 1980 e 1990.

As ações de educação patrimonial desenvolvidas no âmbito do "Bom de Fortaleza" no Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio tinham o intuito de alinhar os fios dessas memórias, criando espaços em que elas pudessem ser compartilhadas, concatenadas às informações historiográficas e articuladas à programação cultural que ali se desenvolvia. Deste modo, articulamos rodas de conversa, oficinas, exposições e o trem da memória. Partindo da premissa de que os bens culturais constituem-se como signos da construção de uma identidade, ancorados na memória coletiva, percebemos que nas diversas atividades do "Bom de Fortaleza", os membros das comunidades se esforçaram para afirmar suas narrativas e sua identidade própria, uma identidade periférica, permeada pela ideia de comunidade como um grupo que compartilha não apenas um espaço geográfico comum, mas elementos de uma cultura que é marcada pelas inúmeras experiências de resistência, aproximando-nos da ideia de identidades de resistência, como trata Tolentino (2019, p.143):

Essas identidades de resistência reivindicam um discurso próprio frente a um ambiente de opressão e estigmatização e buscam, na seara do patrimônio

cultural, que suas referências sejam reconhecidas como representativas da formação da identidade nacional.

Uma das primeiras atividades foi realizada em parceria com o *Iluminuras: literatura e bordado*, da Universidade Federal do Ceará. O projeto de extensão tem o bordado como eixo para discussão de obras literárias, dentre elas o livro "O quinze", de Rachel de Queiroz. Nossa intenção ao trazer a exposição era apresentar à população a autora que nomeava o parque⁸. Uma dezena de quadros com bordados que representavam trechos da obra literária foram pendurados em painéis em um local de destaque na praça. Após deixarmos as pessoas livres para observar, realizamos uma roda de conversa, iniciada com a leitura de um trecho do livro e seguida pelo diálogo entre as bordadeiras e os moradores que, ainda que desconhecêssem o livro em questão, tinham familiaridade com as cenas retratadas: o solo árido, os deslocamentos em pau de arara, a fome, a chegada em um novo e desconhecido local.

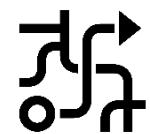
A história de Cordulina, Chico Bento e de seus filhos retratava as histórias de muitas outras famílias que também tinham buscado refúgio das secas em Fortaleza. Naquele momento as narrativas se aproximavam e, com emoção, os participantes contavam histórias similares às dos personagens de Rachel de Queiroz, vividas por si mesmos ou por seus pais e avôs.

Figuras 1 e 2: registro das atividades do Bom de Fortaleza.



Fonte: Fotografias de Thiago Maia e Chico Gomes, 2016.

⁸ Uma das casas em que a autora viveu, no bairro do Pici, está situada dentro dos limites do parque ambiental e, até hoje, não passou por nenhuma obra de requalificação.



Na sequência, realizamos outra exposição seguida de roda de conversa, dessa vez com o tema dos movimentos operários. Fotografias, matérias de jornais e cartas escritas pelos membros do movimento operário, sobretudo da greve dos têxteis em 1988, foram expostas em biombos próximos ao palco principal.

Em seguida, realizamos uma roda de conversa com Agnaldo José, líder comunitário que à época foi operário da indústria têxtil, e com Evânia Severiano, assistente social que à época era estagiária da Finobrasa e que desenvolveu seu TCC sobre a greve⁹.

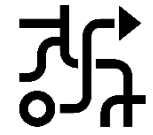
A atividade teve pouca adesão e, embora muita gente se aproximasse da exposição, não havia interesse em participar da roda de conversa, priorizando-se outras atividades ofertadas na praça, como as refeições nos quiosques e os brinquedos. Deste modo, a conversa transcorreu como um diálogo íntimo entre os mediadores e poucas pessoas que, de algum modo, tinham relações com as experiências que estavam sendo tematizadas na ocasião.

O trem da memória foi um dos marcos do "Bom de Fortaleza", pois com pronta adesão, o público surgia espontaneamente, muitas vezes com a expectativa de que se tratasse do "trem da Alegria", de modo que, por diversas vezes, os historiadores foram interpelados com o pedido pelos personagens infantis da Disney ou pelas músicas da Xuxa. Ainda assim, o trem da memória se consolidou como o ponto alto do "Bom de Fortaleza", reunindo um público variado, sobretudo no que tange ao perfil geracional. Neste relato destacamos dois roteiros¹⁰, dado a sua adesão e repercussão.

A inter-relação entre a elaboração de trajetos e a compreensão da vida urbana emerge como uma temática de substancial importância, alicerçada no princípio fundamental da Educação Patrimonial, o qual defende que a interação direta com o legado histórico propicia uma aprendizagem mais enriquecedora. Nesse cenário, são

⁹ A greve dos têxteis em maio/88 e sua repercussão no plano da consciência do operariado. 1989. TCC (Curso em Serviço Social) – Curso em Serviço Social, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 1989.

¹⁰ Dentro do Plano Fortaleza 2040, são delineados 7 eixos de atuação, entre os quais se destaca o Eixo de Desenvolvimento da Cultura e do Conhecimento, encontra-se a linha de ação denominada "Patrimônio Cultural e Memória", a qual estabelece como meta a criação de roteiros históricos e culturais no Centro de Fortaleza até o ano de 2020.

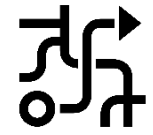


promovidas atividades que enfatizam a exploração dos elementos culturais como um recurso fundamental para a imersão e compreensão da memória do espaço (COSTA, 2014). Por conseguinte, os itinerários representam uma contribuição significativa para a prática da Educação Patrimonial por meio da caminhada, facilitando a vivência e o diálogo em torno dos lugares históricos de uma cidade (GOES, 2020). O primeiro trajeto estabeleceu um diálogo direto com a concepção do trem, um objeto que até os dias atuais desperta fascínio.

A ferrovia chegou ao Ceará como um símbolo da Modernidade, encurtando caminhos, alterando a relação com o tempo, possibilitando uma aproximação entre o sertão e o litoral. A implementação da Estrada de Ferro de Baturité (EFB) desnuda uma série de conflitos entre as elites locais e coroou Fortaleza enquanto centro econômico, social e cultural do Ceará. A Estação Central, hoje Dr. João Felipe, foi construída entre os anos de 1872 e 1880, em grande medida empregando a mão de obra dos retirantes da seca, e assumiu um lugar central na dinâmica urbana. Em 1917, construiu-se a Estação do Antônio Bezerra, em 1922 a do Otávio Bonfim e em 1926 a do Álvaro Weyne (ALMEIDA, 2012). Em outubro de 1930 inaugurou-se a "Oficina do Urubu" no sítio Santo Antônio da Floresta, um projeto do diretor da RVC Demóstenes Rockert, que além da importância para o setor ferroviário, tornando-se a maior oficina de trabalho especializado na região norte e nordeste, constituiu-se como importante novidade arquitetônica, que iria se generalizar na cidade: o uso do concreto armado¹¹.

O roteiro tinha como primeiro ponto a Estação João Felipe, no centro de Fortaleza, seguindo de lá para a Oficina do Urubu. No trajeto passamos pelas casas remanescentes das vilas dos ferroviários e pelo Grêmio Recreativo dos Ferroviários. Por fim, seguimos para a Barra do Ceará, até a Vila Olímpica Elzir Cabral, popularmente conhecida como o campo dos Ferroviários. Sob a mediação da historiadora, fatos relacionados à construção das linhas férreas, às transformações econômicas, sociais e culturais que lhes foram decorrentes, a arquitetura e outros

¹¹ Para atender a demanda da Oficina do Urubu, foi necessário abrir uma nova avenida, conectando-a ao centro da cidade. A Av. Demóstenes Rockert, posteriormente chamada de av. Francisco Sá, foi inaugurada em março de 1928. Atualmente o prédio pertence à empresa privada Transnordestina Logística S.A.



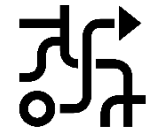
elementos eram intercalados pelas falas dos moradores que, de alguma forma, vinculavam-se ao mundo ferroviário.

As mulheres, que eram a maioria na atividade e que haviam chegado de forma espontânea acompanhando seus filhos e/ou netos, traziam percepções femininas sobre o mundo ferroviário, que comumente é narrado a partir da experiência dos homens. De modo emocionado traziam à tona as lembranças do trabalho na ferrovia, da época em que o tempo era regido pelo apito do trem, das aulas de alfabetização destinadas aos operários e seus familiares nas entidades de classe, das festas no Grêmio recreativo, dos acidentes, das longas viagens e da época de ouro do "Ferrim", o "Tubarão da Barra".

Um segundo percurso foi pensado em conjunto com Agnaldo José, ambientalista e líder comunitário já mencionado neste artigo e com Liliane Uchoa, que é moradora do bairro, professora da escola Creuza Rocha e arquiteta. Ambos fizeram parte de uma frente popular pela revitalização do Polo de Lazer, uma intervenção ligada ao Movimento Pró-parque Rachel de Queiroz, que há décadas tem reivindicado a pauta ambiental dos bairros da regional I e solicitado a criação de um parque urbano no percurso do riacho Alagadiço.

Após o embarque no Polo de Lazer, nossa primeira parada ocorreu no açude João Lopes, localizado no Bairro Ellery. De lá, seguimos para a praça Jonas Gomes de Freitas, popularmente conhecida como "pracinha do North Shopping". Durante o percurso entre esses dois pontos, atravessamos o leito do riacho Alagadiço, passando por trechos onde o riacho estava canalizado, áreas em que foi contido em galerias subterrâneas e uma pequena extensão onde foi renaturalizado. No percurso foram feitas algumas ponderações acerca do crescimento urbano de Fortaleza e da explosão demográfica ocorrida naquela área, acompanhada de uma diminuição das áreas verdes, da poluição/aterramento dos cursos hídricos. Os mediadores traziam elementos técnicos sobre a gestão urbana de Fortaleza, a política ambiental (ou a ausência dela), além da memória do movimento pró-parque, do qual são membros.

Além das falas dos mediadores, as pessoas que haviam embarcado nesse trem faziam surgir suas experiências naquele espaço, lembrando o tempo em que pescavam, tomavam banho no riacho, brincavam o dia inteiro em uma mata onde

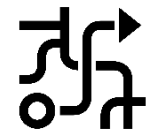


havia inúmeras árvores frutíferas. Histórias dramáticas das cheias do açude João Lopes, quando boa parte da população local perdia tudo o que possuía. Histórias de luta e resistência dos moradores, que se angustiavam ao ver que as áreas verdes pouco a pouco degradam-se, sendo considerado um espaço permissivo a práticas criminosas.

Este último aspecto esteve no centro dos debates acerca da revitalização do Polo de Lazer, quando as organizações comunitárias locais divergiram sobre os destinos do espaço, ensejando um caloroso debate público. Vale salientar que durante o Orçamento Participativo houve a deliberação de que o Polo de Lazer seria convertido em um ginásio poliesportivo, degradando boa parte de sua cobertura vegetal. A partir de então, o movimento pró-parque empreendeu grandes esforços para obter adesão da população a um projeto de revitalização que priorizasse a requalificação do espaço enquanto um parque urbano, valorizando os espaços verdes da cidade.

Como em todas as edições do trem da memória, havia uma diversidade geracional, com idosos interessados em compartilhar suas memórias do bairro e crianças atraídas pelo encanto do "trem da alegria". Os jovens se surpreendiam com os relatos dos mais velhos, muitos nem sequer sabiam da existência de um riacho na área, vendo-o apenas como uma canalização de esgoto. Isso gerou um debate sobre a necessidade de renaturalizar o riacho e outros cursos hídricos da cidade. Ao final do trajeto, fizemos uma cartografia social do riacho Alagadiço, onde a mesma percepção prevaleceu: os trechos canalizados eram vistos como esgoto, enquanto apenas o trecho renaturalizado, em uma área mais elitizada, era percebido como "natureza".

No sábado seguinte, como uma continuidade das discussões, propusemos uma oficina de construção de brinquedos a partir de materiais recicláveis, uma atividade que se iniciou com a coleta de "lixo" no próprio Polo de Lazer. Muitas das crianças presentes na oficina, embora frequentassem corriqueiramente aquele espaço, nunca haviam se deslocado por toda a sua extensão, sobretudo até o trecho em que o riacho Alagadiço corre, o que em muito se devia à falta de segurança pública.



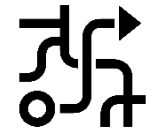
Na reta final desta edição, em abril, surgiu a ideia de criar uma exposição em colaboração com educadores e jovens dos projetos sociais do Instituto Rocha Lima. Eles já participavam do programa "Bom de Fortaleza" com apresentações de capoeira e Maculelê. Durante uma visita ao local, fomos recebidos pela coordenação pedagógica e direcionados para as atividades da oficina de capoeira. O educador nos explicou que estavam discutindo o Dia do Índio e o descobrimento do Brasil. Ele expressou preocupação com as noções estereotipadas sobre os povos indígenas e criticou o discurso historiográfico tradicional que valoriza o "descobrimento" e vê a colonização como o início da história do país.

Nesse sentido, com apoio do Instituto Tembetá, montamos na praça a exposição "Em memória aos que vieram antes", trazendo réplicas de materiais arqueológicos encontrados em escavações em diversas regiões do Ceará, um mapa dos povos indígenas no Ceará contemporâneo e fotos desses povos, sobretudo dos Tapeba, cujos territórios espalhavam-se a partir da margem direita do Rio Ceará.

O tema da arqueologia provocou bastante curiosidade entre os visitantes, que olhavam as réplicas de materiais líticos e cerâmicos com espanto. Embora alguns já tivessem tido contato com alguma discussão acerca da "pré-história", pensavam nisso como algo distante, não apenas temporalmente, mas geograficamente. Ao olharem as imagens dos povos indígenas contemporâneos, apontam-nos como "falsários", como "índios do Paraguai", o que reflete a consolidação de um discurso estigmatizante, que prende os povos indígenas ao passado.

Ao identificar o que os visitantes expressavam sobre os temas abordados, novos diálogos eram iniciados para confrontar ideias, questionar, refletir e apresentar novas informações. Dessa forma, uma teia de novos conhecimentos sobre a história local, o patrimônio arqueológico e a longa trajetória da história indígena foi sendo construída. Na oficina de mediação voltada às crianças, essas questões foram tematizadas a partir de jogos e brincadeiras, mas devido ao pouco tempo disponível não houve o aprofundamento que seria necessário.

Ainda assim, consideramos inovadora a possibilidade de incluir a arqueologia nas ações de Educação Patrimonial, uma vez que as pesquisas na área, embora sejam crescentes, são pouco acessíveis à população e a arqueologia continua sendo



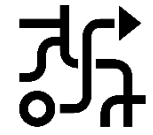
vista como uma espécie de ciência exótica. O patrimônio arqueológico possibilita um alargamento de noções de memória, identidade e pertencimento, reunindo “não apenas expressões históricas, mas, sobretudo a possibilidade de transmissão de legados, valores e tradições culturais” (VASCONCELLOS, 2019, p.259), ajudando, portanto, a preencher lacunas no conhecimento histórico e proporcionando à população local uma compreensão mais profunda sobre o território que habitam.

Para além das atividades propostas pela historiadora, a integração com as apresentações culturais proporcionou um maior alcance das discussões, merecendo destaque a relação com a contadora de histórias, Sílvia Montenegro, que é moradora e líder comunitária da região e que, em diversas ocasiões, fez uma interlocução entre as “histórias” contadas por ela e as questões que foram tematizadas ao longo das atividades de educação patrimonial.

Ainda que com algumas limitações relativas à falta de integração entre a própria equipe de produção cultural e de historiadores, além dos poucos recursos para a realização de todas as atividades que foram propostas, o “Bom de Fortaleza” se consolidou como um espaço de partilha de memórias, de conhecimento histórico, do “sentar juntos” para contar histórias, de afirmação dos bairros periféricos como lugares pulsantes de vida, cultura e arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

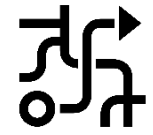
A valorização das memórias dos bairros através da educação patrimonial é um processo essencial para preservar as identidades locais e históricas de uma comunidade. Para alcançar esse objetivo, é fundamental promover atividades pedagógicas que envolvam a participação ativa dos moradores, incentivando o diálogo, a reflexão e a construção coletiva do conhecimento, aspectos que estiveram no cerne da experiência do “Bom de Fortaleza” no Polo de Lazer da Av. Sargento Hermínio, em que as ações se pautaram, desde a sua concepção, no diálogo respeitoso entre a equipe técnica e os moradores, centrando-se principalmente em três propostas de atividades: as rodas de conversa, as exposições e os roteiros do trem da memória.



As exposições, idealizadas coletivamente e viabilizadas a partir de parcerias com outras instituições de pesquisa, cumpriram um importante papel na difusão do conhecimento histórico. Visualmente mais atrativas, elas rapidamente conquistaram a adesão do público, seja de pessoas que vinham participar das atividades propostas pelo "Bom de Fortaleza" ou de pessoas que apenas passavam pelo lugar e, movidos pela curiosidade, paravam para olhar os painéis e os expositores. As fotografias, recortes de jornais, bordados e outros objetos históricos geravam inquietação, questionamentos, reflexões nos observadores, apresentando uma história multifacetada do bairro.

As três exposições montadas nesta edição do "Bom de Fortaleza" foram seguidas por rodas de conversas, organizadas a partir de temas pertinentes à história local, e surgiram como essa ferramenta poderosa para compartilhar experiências e as histórias vividas pelos moradores e os conhecimentos de pesquisadores de diferentes campos, proporcionando, assim, um espaço de troca de saberes e de valorização das narrativas locais. Por fim, o trem da memória foi uma atividade lúdica e educativa que proporcionou uma viagem simbólica pelo passado, explorando os principais marcos históricos e culturais do bairro. Ao embarcar nessa jornada, os participantes eram convidados a ressignificar seu olhar em relação ao espaço em que estão inseridos, tendo a oportunidade de conhecer as diferentes épocas e transformações que moldaram a identidade do local. Em conjunto, essas atividades pedagógicas contribuem para sensibilizar a comunidade sobre a importância de preservar e valorizar as memórias dos bairros, promovendo um sentimento de pertencimento e responsabilidade compartilhada pela conservação do patrimônio histórico e cultural.

Embora tenha sido uma experiência extremamente exitosa no que tange à apropriação democrática dos espaços públicos e na formulação de políticas culturais participativas, foram inúmeros os desafios que se interpuseram à execução do "Bom de Fortaleza". Ultrapassar uma percepção de evento cultural, como algo que é oferecido pelos gestores ao público exigiu um exercício cotidiano de reflexões e reaprendizagens, um percurso árduo que ensejou muito diálogo - por vezes acalorados - entre a equipe executora. Do mesmo modo, foi extremamente desafiador construir uma programação cultural plural, que não fosse vista apenas como



entretenimento, mas como forma de expressão dos diversos segmentos sociais daqueles bairros.

Por fim, o maior obstáculo está relacionado à descontinuidade das políticas públicas, que são alteradas independentes de seus resultados, a partir das mudanças governamentais. O "Bom de Fortaleza" contou apenas com duas edições e, desde 2018, foi suspenso em decorrência da mudança da administração municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, N. M. *Rebeldes pelos caminhos de ferro*. Fortaleza: SECULT, 2012.

AMBROGI HÖTTE, I.; TOLEDO LUCENA, C. Moradia como locus de cidadania: acolher e educar. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 210–236, 2023. DOI: 10.35355/revistafenix.v20i2.1395. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/1395>. Acesso em: 1 jul. 2024.

ANDRADE, M. J. de S. *Fortaleza em perspectiva histórica: poder e iniciativa privada na apropriação e produção material da cidade (1810-1933)*. Tese (doutorado) FAUUSP. São Paulo, 2012.

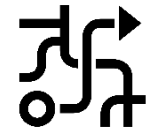
CASTRO, J. L. de. _____. Cartografia cearense no arquivo Histórico do Exército. In: *Revista do Instituto Histórico do Ceará*, Fortaleza, 1997, p. 09-79.

COSTA, F. R. *Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação*. São Paulo: Senac São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2014.

DEMARCHI, J. L. Perspectivas para atuação em educação patrimonial. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, n. 22, p. 267–291, 2016. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v0i22p267-291. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/119941>. Acesso em: 12 jul. 2024.

FIGUEIREDO, L. da S.; FREITAS, G. O lugar de encontro nas praças públicas do DF: as intervenções artísticas pelos afetos. *ILUMINURAS*, Porto Alegre, v. 22, n. 56, 2021. DOI: 10.22456/1984-1191.111828. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/iluminuras/article/view/111828>. Acesso em: 1 jul. 2024.

FORTALEZA. Plano Fortaleza 2040. Disponível em: <https://acervo.fortaleza.ce.gov.br/download-file/documentById?id=06bbc4ea-4cc3-48dd-94f8-b6fc90973ca8>. Acesso em 15 mar 2024.



GOES, G. V. *Percursos urbanos: a educação patrimonial a partir do caminhar no centro da cidade de Fortaleza-CE*. 2020. 366f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

GRAEFF, L., Waismann, M., & BERG, O. A. *Equipamentos Culturais Na Região Metropolitana De Porto Alegre: Desafios E Possibilidades De Avaliação A Partir Das Metas Do Plano Nacional De Cultura*. *Políticas Culturais Em Revista*, 8(1), 2014, pp. 206–221. <https://doi.org/10.9771/1983-3717pcr.v8i1.12337>.

MENDES, M. F. *As vias que removem não abrem caminhos: reestruturação espacial e mobilidade urbana na Metrópole de Fortaleza e a luta pelo direito à cidade*. 2017. 1 recurso online (313 p.) Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1631263>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SAMPAIO, A. B; MENDONÇA, E. de C. Democracia cultural, museu e patrimônio: relações para a garantia dos direitos culturais. *E-cadernos CES*, n. 30, 2018.

SCIFONI, S. Desafios para uma nova educação patrimonial. *Teias*, v. 18, n. 48, p. 5-16, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2017.25231>. Acesso em: 1 jul. 2024.

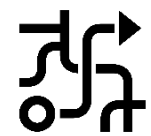
SMITH, L. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio. *Caderno Virtual de Turismo*, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 140–154, 2021. DOI: 10.18472/cvt.21n2.2021.1957. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957>. Acesso em: 6 jul. 2024.

TOLENTINO, A. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. In: IPHAN. *Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas* - Caderno Temático 5. João Pessoa: IPHAN/PB, 2014.

TOLENTINO, Á. B. Educação patrimonial e construção de identidades: diálogos, dilemas e interfaces. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27, p. 133–148, 2019.

UEDA, G. S. *Significados da Felicidade nas Dimensões do Espaço Urbano*. 2023. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/18150>.

VASCONCELLOS, C. de M. Arqueologia e educação patrimonial: a experiência do MAE-USP. *Revista CPC*, São Paulo, Brasil, v. 14, n. 27, p. 255–279, 2019.



Adson Rodrigo da Silva Pinheiro, Lígia Rodrigues Holanda
"PATRIMÔNIO NAS PRAÇAS": POSSIBILIDADES DE DESVENDAR AS MEMÓRIAS
DE FORTALEZA COM O PROJETO "BOM DE FORTALEZA" (2017-2018)

Recebido em 20/03/2024

Aprovado em 03/07/2024